

JUCESP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROT00.1315296

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA)  
EMISSION DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,  
EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS  
ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA BRAZPEIXES SPE S.A.**

Por este instrumento, as Partes abaixo qualificadas:

De um lado:

**6ºRTD-RJ - 1315296**

Emol. 650,79 / Distrib. 17,93 / Lei 111/06. 32,79  
M/A: 11,49 / FETJ: 131,16 / Lei 6281: 26,22  
Lei 4.664/05. 32,79 / Tot. Emol. (R\$): 903,17  
PARÂM. Vias 2 / Nome(s) 5 / Págs 54  
Proc. Estr. N / Averb. N / Dilig.



**BRAZPEIXES SPE S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 765, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.587.599/0001-30, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35300468651, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

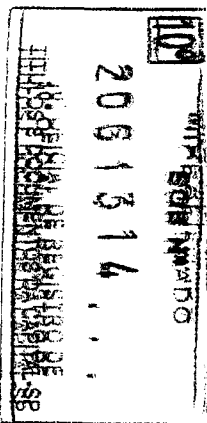
De outro lado:

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, com seus atos constitutivos, devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33208332526, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas");

E, na qualidade de intervenientes garantidores:

**BRAZPEIXES CAPITAL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 765, 2º andar, sala 2, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.687.007-0001-02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 3.530.045.540-1, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Brazpeixes Capital");

**LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 758.670.449-04, portador da Cédula de Identidade "RG" nº 5.214.034-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Diogo Jácome, nº 550, apto. 101, CEP 04512-001 ("Lucas"); e



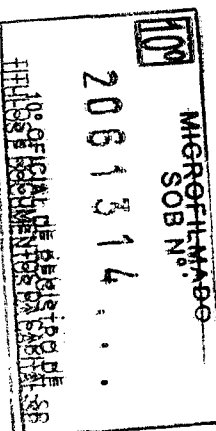
Sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”;

Resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Brazpeixes SPE S.A.*” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas, termos e condições abaixo.

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 9 de setembro de 2014 (“AGE da Emissora”), na qual foram aprovadas (i) a 1ª (primeira) emissão, em série única, de até 225 (duzentas e vinte e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora (“Emissão”), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo um montante total de até R\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais) (“Debêntures” ou, individualmente, a “Debênture”); (ii) os termos e condições da Emissão; e (iii) a autorização à diretoria da Emissora para tomar todas as medidas necessárias para a realização da Emissão, incluindo a celebração dos documentos necessários para a constituição das garantias reais previstas na Cláusula 4.16.1, itens (i) e (ii) abaixo, conforme artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2 A outorga da garantia fidejussória prevista na Cláusula 4.16.2 abaixo, bem como a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (conforme abaixo definido) foi aprovada pelos acionistas da Brazpeixes Capital reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2014 (“AGE da Brazpeixes Capital”).



W. P. S.

JUCESP

6RJD-RJ.13.10.2014  
PROTOK.1315296

01 10 14

## 2. DOS REQUISITOS DA EMISSÃO

2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com a intermediação da Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Coordenador Líder"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita" respectivamente, com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 *Arquivamento e Publicação da AGE da Emissora.* A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário Comercial", conforme o artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

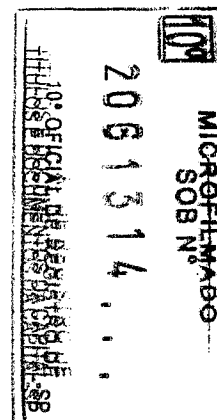
2.1.2 *Arquivamento da AGE da Brazpeixes Capital.* A ata da AGE da Brazpeixes Capital será devidamente arquivada na JUCESP.

2.1.3 *Inscrição da Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4 *Registro na CVM.* A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.5 *Registro na ANBIMA.* A Oferta Restrita será registrada perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição de diretrizes específicas publicadas pela ANBIMA.

2.1.6 *Registro para Distribuição e Negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no (a) mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado



Gr



DUCE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK. 1315296

01.10.14

diretamente ou por meio de aquisição de participação majoritária no capital social de empresas que atuam no setor.

3.2 *Número da Emissão.* Esta é a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 *Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única.

3.4 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

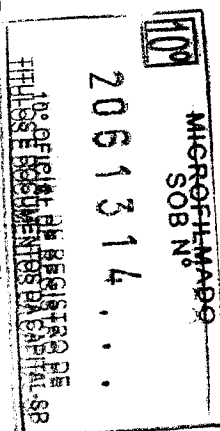
3.5 *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas até 225 (duzentas e vinte e cinco) Debêntures.

3.6 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.820.817/0001-09 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário").

3.7 *Destinação dos Recursos.* Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados à aquisição de ativos pela Emissora e investimento no plano de expansão das atividades da Emissora, marketing e capital de giro, na proporção descrita a seguir:

(i) até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para a aquisição de 98% (noventa e oito por cento) do capital social da Zippy Alimentos Ltda., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia Euclides da Cunha, s/n, km 557 – Fazenda Santa Rita, CEP 15.600-000, zona rural, na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 65.083.669/0002-10 ("Zippy");

(ii) até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a aquisição do controle da Marcomar Comércio de Alimentos Ltda., sociedade limitada, com sede Rua Felix Guilhem, n.º 1.020, Lapa, CEP 05.069-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob CNPJ 00.928.396/0001-31 e de suas 7 (sete) filiais, conforme a seguir: (a) Filial Contagem (MG), situado à Rua Santiago Balesteros, 680, salas 04 e 05, Bairro Cinco; (b) Filial CEAGESP, situado à Av. Dr. Gastão Vidigal, 1.946, Pavilhão Frigorífico de Pescados, câmaras frigoríficas 1B, 1C, 6A, 6b e sala 23, Vila Leopoldina, São Paulo, Capital; (c) Filial Itajaí (SC), situado à Rua Francisco Reis, 505, Bairro Cordeiro; (d) Filial Salvador



DUCE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
 PROTOC. 1315296

01 10 11

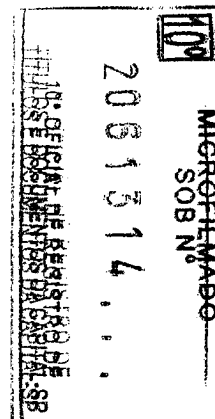
(BA), situado à Rodovia BA-528, KM 12, nº 77, Sala 03, Bairro Pirajá; (e) Filial Campinas (SP), situado à Rodovia D. Pedro I, km 140,5, Pista Norte, Pavilhão Frigorífico CEASA, Bairro Santa, (f) Filial Anhanguera (SP) Rua José Afonso Inácio, 800, sala 08, Jardim Santo Elias, São Paulo, SP ("Marcomar");

(iii) até R\$100.00.000,00 (cem milhões de reais) para a aquisição ou arrendamento de ativos cuja destinação principal seja para a carcinicultura, atuando na manutenção de laboratórios de maturação e larvicultura (produção de pós-larvas) e de fazendas de engorda de camarões e/ou processamento/industrialização de camarões e/ou fábricas de ração; e

(iv) o restante dos recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para investimento em CAPEX de expansão e de manutenção (investimentos realizados em melhorias, equipamentos e instalações da Emissora e de sociedades cujo controle tenha sido adquirido com os recursos desta Emissão), ações de *marketing* e promoção de vendas, e reforço de capital de giro.

3.7.1. Os ativos descritos na Cláusula 3.7, itens (i) e (ii) acima poderão ser substituídos por outros ativos que apresentem as mesmas características e cuja avaliação, conforme apurada no respectivo laudo de avaliação, seja equivalente ou superior, desde que referida substituição seja aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

3.7.2. Os recursos obtidos por meio da subscrição e integralização das Debêntures serão depositados na conta corrente de titularidade da Emissora nº 550025-1, agência nº 0001 ("Conta Vinculada"), mantida junto ao Banco Bracce S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.795.256/0001-69 ("Banco Depositário"), a qual será cedida fiduciariamente em garantia e administrada pelo Agente Fiduciário, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e de Direitos sobre Conta Bancária e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com interveniência do Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada"). Os recursos depositados na Conta Vinculada serão liberados para a utilização pela Emissora, em um ou mais desembolsos, mediante solicitação da Emissora ao Agente



g

W

JUCESP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK. 1315296

01.10.14

Fiduciário, a qual deverá indicar a conta de livre movimentação de titularidade da Emissora ("Conta de Livre Movimentação") para a qual os recursos deverão ser transferidos se observadas as condições indicadas adiante.

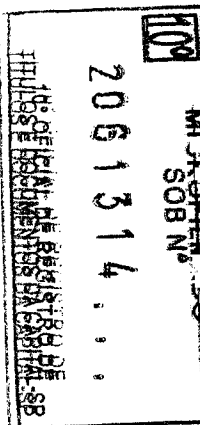
3.7.3. Fica estabelecido, neste ato, que, mediante a entrega ao Agente Fiduciário (i) desta Escritura de Emissão, (ii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, (iii) do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, todos devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, o Agente Fiduciário deverá, em até (a) 2 (dois) Dias Úteis contado da data do recebimento de referidos documentos ou (b) 1 (um) Dia Útil contado da data da primeira integralização das Debêntures, o que ocorrer por último, efetivar a transferência do montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) da Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação.

3.7.4 Os demais desembolsos deverão ser solicitados pela Emissora ao Agente Fiduciário e somente serão por este liberados se implementadas as condições previstas a seguir:

(i) o 2º (segundo) desembolso, no montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), será liberado da Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação pelo Agente Fiduciário mediante a apresentação, pela Emissora, do comprovante de protocolo do ato societário que comprova a transferência da titularidade de 98% (noventa e oito por cento) das quotas do capital social da Zippy para a Emissora na competente Junta Comercial; e;

(ii) o 3º (terceiro) desembolso, no montante de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), será liberado da Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação pelo Agente Fiduciário mediante a apresentação, pela Emissora, dos seguintes documentos: (a) comprovante de protocolo do ato societário que comprova a transferência da titularidade de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das quotas de emissão da Marcomar para a Emissora na JUCESP; (b) cópia do instrumento que constituir a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Zippy devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, observado o disposto na Cláusula 3.7.1 acima;

(iii) o 4º (quarto) desembolso, no montante equivalente a, no máximo, o saldo da Conta Vinculada, será liberado da Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação pelo Agente Fiduciário mediante a



5

u

DUPLICATA

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK. 1315296

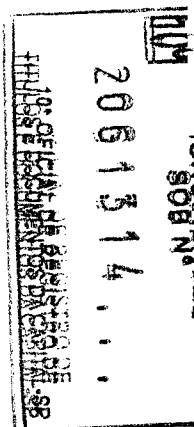
apresentação, pela Emissora, dos seguintes documentos: (a) cópia do instrumento que constituir a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Marcomar devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, observado o disposto na Cláusula 3.7.1 acima; e (b) documentos que comprovem a constituição de garantias reais adicionais que, em conjunto com todas as demais garantias constituídas em favor dos Debenturistas apresentem avaliação igual ou superior a 120% (cento e vinte por cento) da soma de todos os desembolsos solicitados.

3.7.4.1 Observado o cumprimento das condições indicadas anteriormente, o Agente Fiduciário deverá instruir o Banco Depositário a realizar a transferência dos desembolsos previstos nesta Cláusula 3.7.4 da Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido adiante) contado da data em que receber a solicitação da Emissora.

3.7.5 Os valores mantidos na Conta Vinculada deverão ser aplicados pelo Banco Depositário, conforme solicitado pelo Agente Fiduciário estritamente de acordo com as orientações enviadas pela Emissora, em até 1 (um) Dia Útil da data em que receber referidas orientações, em títulos públicos ou aplicações financeiras de renda fixa do Banco Depositário, nos termos do "Contrato de Administração de Contas Bancárias", celebrado entre a Emissora, o Banco Depositário e o Agente Fiduciário, sendo que as aplicações deverão ser resgatadas, conforme necessário, na ocorrência de um desembolso nos termos das Cláusulas 3.7.3 e 3.7.4 acima, mediante orientação por escrito do Agente Fiduciário ao Banco Depositário de transferências dos valores do desembolso para a Conta de Livre de Movimentação.

3.7.6 Exceto com relação à transferência mencionada na Cláusula 3.7.5, a liberação dos recursos da Conta Vinculada para a Emissora não será realizada caso, mesmo se verificadas as condições indicadas nas Cláusulas 3.7.3 e 3.7.4 acima, o Agente Fiduciário verifique que a Emissora está inadimplente com qualquer obrigação por ela assumida nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora para sanar referido descumprimento, observadas as disposições desta Escritura de Emissão.

3.8 Imunidade dos Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de



5

u



DUCE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK. 1315296

01.10.14

valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

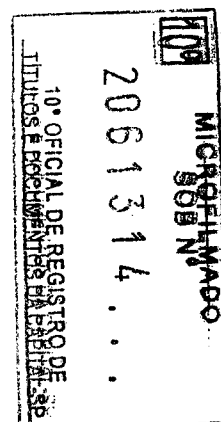
3.9 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação do Coordenador Líder, em mercado de balcão organizado, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Melhores Esforços de Distribuição, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória da Brazpeixes SPE S.A.*” a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.9.1 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM 476, bem como os termos e condições do Contrato de Distribuição.

3.9.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”) e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.9.2.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM, sendo que poderá vir a ser



5

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a vertical line.

DUCE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOD.1315296

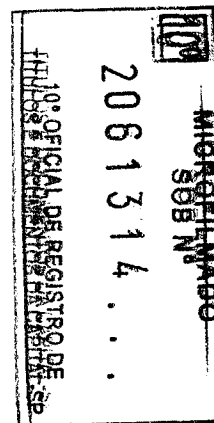
04.10.14

registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.1.5 acima e após expedição das regras específicas pela ANBIMA; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.9.4 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.5 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.9.6 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula 3.9 e no Contrato de Distribuição.



#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2 *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3 *Prazo e Data de Vencimento.* As Debêntures terão o prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de setembro de 2021 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) devida, calculada na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.4 *Forma.* As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de

DUCESP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK.1315296

01 10 11

titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

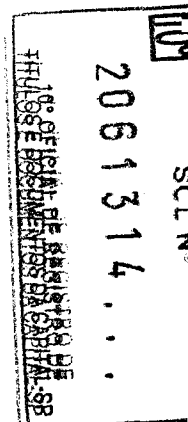
4.7 *Subscrição e Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mesmo ato, a partir da data de início da distribuição. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, considerando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição"). O Preço de Subscrição deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.7.1 As Debêntures serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação, sendo certo que, caso a totalidade das Debêntures não seja subscrita e integralizada pelos Investidores Qualificados, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão para refletir o valor efetivo da Emissão, bem como a quantidade de Debêntures efetivamente colocadas.

4.8 *Direito de Preferência.* Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.9 *Remuneração.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.9.1 *Atualização Monetária.* As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IBGE"), calculado de forma *pro rata temporis*, por Dias Úteis, até a integral liquidação das Debêntures (ou até a Data da Amortização Extraordinária, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo ou a Data do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6 abaixo, conforme aplicável) ("Atualização Monetária"), sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures



g

u

DUCE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTQC.1 31 5296

01 10 11

("Valor Nominal Unitário Atualizado"). O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será calculado segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

**"VNa"** = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**"VNe"** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**"C"** = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

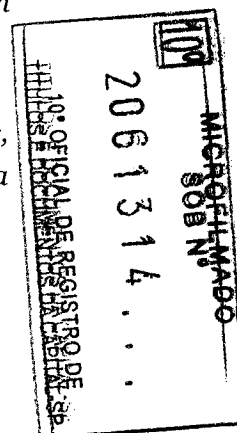
onde:

**"n"** = número total de índices do IPCA considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

**"NI<sub>k</sub>"** = valor do número-índice do mês anterior ao mês da Atualização Monetária, caso a Atualização Monetária seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês da Atualização Monetária;

**"NI<sub>k-1</sub>"** = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

**"d<sub>up</sub>"** = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Emissão, para o primeiro mês da Atualização Monetária, ou (ii) a última data de aniversário das Debêntures, para os demais meses, e a data de cálculo da Atualização Monetária, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e



*Handwritten signature and initials.*

01 10 14

*"d<sub>ut</sub>" = número de dias úteis contados entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "d<sub>ut</sub>" um número inteiro.*

*Deverá ser observado que:*

*(i) Os fatores resultantes da expressão  $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.*

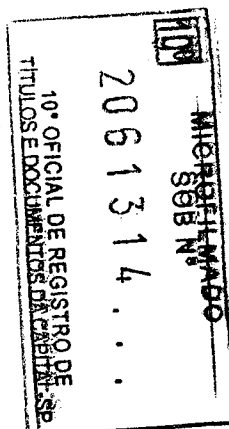
*(ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.*

*(iii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.*

*(iv) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.*

*(v) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste desta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.*

*(vi) Considera-se data de aniversário todo o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, sendo que a primeira data de aniversário será a Data de Emissão.*



4.9.1.1 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do cálculo da Atualização Monetária, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última variação do IPCA divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.9.1.2 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA"), ou, ainda, no caso de extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo índice substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso,

55

a P

DUCEAP

6RTD-RJ 13.10.2014  
 PROTOC.1 31 5296

01 10 14

convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula 9.2 desta Escritura de Emissão, para definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o percentual correspondente à última variação do IPCA divulgada oficialmente até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

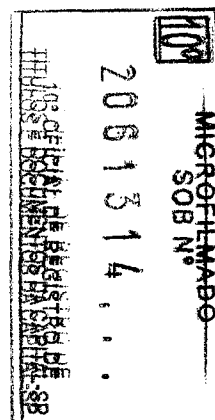
4.9.1.3 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.9.1.2 anterior, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária.

4.9.1.4 Caso não haja acordo entre Emissora e os Debenturistas acerca da Taxa Substitutiva, nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas pela Emissora, será utilizado, para apuração do IPCA, o percentual correspondente à última variação do IPCA divulgada oficialmente.

4.9.2 *Juros Remuneratórios*. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes 10% (dez por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido adiante) imediatamente anterior (inclusive), conforme aplicável, até a data de seu efetivo pagamento (ou a Data da Amortização Extraordinária, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo ou a Data do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6 abaixo, conforme aplicável) a serem calculados de acordo com a fórmula a seguir ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



52

Handwritten signature

DUCEAP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK.1 31 5296

01 10 14

**"VNa"** = Valor Nominal Unitário Atualizado, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

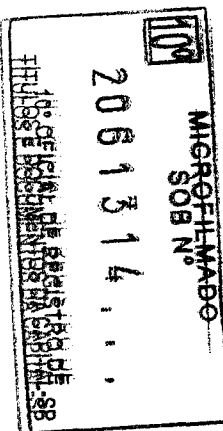
**"FatorJuros"** = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP}{252}} \right\}, \text{ onde:}$$

**"taxa"** 10,0000 (dez);

**"DP"** corresponde ao número de Dias Úteis entre (i) a Data de Emissão ou (ii) a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro período, ou na data prevista do pagamento de remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos, e termina na data prevista do pagamento de remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



4.10 *Pagamento da Remuneração das Debêntures.* A Remuneração será paga mensalmente, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês de vigência das Debêntures, no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de setembro de 2016 e o último na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11 *Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.* O Pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será realizado semestralmente, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, nas datas indicadas na tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Handwritten signature and initials.

DUE SP

6RTD-RJ 13.10.2014  
PROT. 1315296

01 10 14

PARCELAS DA AMORTIZAÇÃO	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª parcela	25 de março de 2017	10%
2ª parcela	25 de setembro de 2017	10%
3ª parcela	25 de março de 2018	10%
4ª parcela	25 de setembro de 2018	10%
5ª parcela	25 de março de 2019	10%
6ª parcela	25 de setembro de 2019	10%
7ª parcela	25 de março de 2020	10%
8ª parcela	25 de setembro de 2020	10%
9ª parcela	25 de março de 2021	10%
10ª parcela	25 de setembro de 2021	10%

4.11.1 O valor de cada uma das parcelas do Valor Nominal Unitário Atualizado a serem amortizadas nas datas indicadas na tabela da Cláusula 4.11 acima, será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

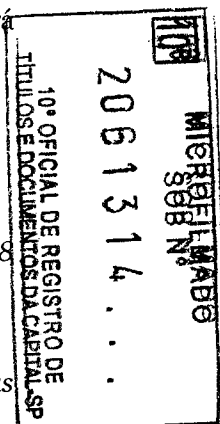
$$AM_i = VNe \times \left( \frac{Ta_i}{100} \right) \times C_i, \text{ onde:}$$

$AM_i$  = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = Valor nominal unitário de emissão, considerado com 8 (oito) casas decimais;

$Ta_i$  = i-ésima taxa de amortização informada com 4 (quatro) casas decimais;

$C_i$  = Fator de atualização da i-ésima parcela de amortização, quando cabível, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, definido conforme a periodicidade de atualização.



4.12 *Repactuação Programada*. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.13 *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor total devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



DUCE SP

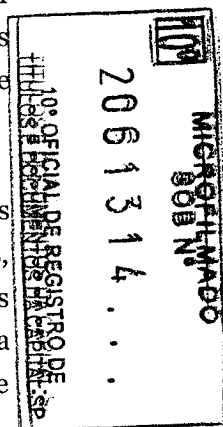
6RTD-RJ 13.10.2014  
 PROTOC. 1315296

01 de 01

4.14 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.15 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.16 *Garantias.* Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, incluindo Encargos Moratórios, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados às Debêntures perante os Debenturistas ("Obrigações Garantidas"), a Emissora constituirá, em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias reais e fidejussórias:



4.16.1 Garantias Reais. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (quando referidas em conjunto, "Garantias Reais", e os instrumentos que constituem as Garantias Reais, quando referidos em conjunto, "Contratos de Garantias Reais"):

(i) alienação fiduciária sobre ações ordinárias de emissão da Emissora, de titularidade da Brazpeixes Capital, representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Emissora a ser constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre os Fiadores e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"), a ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

(ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da Conta Vinculada que será constituída em favor dos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada;

DUCE SP  
01 10 14

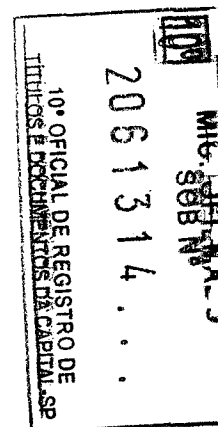
6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK. 1315296

(iii) alienação fiduciária sobre imóvel(is), conforme necessário para a realização de desembolso, nos termos da cláusula 3.7.4 desta Escritura de Emissão, a ser constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;

(iv) alienação fiduciária sobre as ações ordinárias de cada uma das sociedades adquiridas pela Emissora com os recursos desta Emissão, representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante de cada uma das referidas sociedades, ficando acordado que (i) a Emissora poderá vender, outorgar opção de compra de, ou ainda de outro modo transferir até 5% (cinco por cento) das ações por ela adquiridas a seus administradores; e, (ii) todas as ações adquiridas pela Emissora, ainda que posteriormente vendidas ou de outra forma transferidas aos administradores, serão objeto da alienação fiduciária prevista neste item (iv);

(v) alienação fiduciária sobre máquinas e equipamentos operacionais relevantes das sociedades nas quais a Emissora venha a deter controle mediante aquisição efetuada com os recursos desta emissão;

(vi) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios decorrentes das contas bancárias mantidas por cada uma das sociedades cujo controle a Emissora tenha adquirido com recursos desta Emissão nas quais serão depositados todos os recursos recebidos por referidas sociedades pela comercialização de produtos decorrentes das atividades relacionadas a piscicultura e carcinicultura ("Recebíveis"), cessão essa que deverá vigorar a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a Data de Emissão das Debêntures, sendo certo que: (a) deverá ser verificado um fluxo mínimo mensal correspondente a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para todas as contas vinculadas dessas sociedades consideradas em conjunto; e (b) o montante de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) do fluxo mensal deverá ser retido nas contas vinculadas entre o 13º (décimo terceiro) e o 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Emissão até formar uma reserva de liquidez no valor equivalente a 3 (três) parcelas do percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado nos termos da Cláusula 4.11 acima, acrescido da Remuneração. A partir do 25º (vigésimo quinto mês) contados da Data de Emissão ("Primeira Data de Retenção") deverão ser retidos nas contas vinculadas, pelo prazo de 6 (seis) meses contados da Primeira Data de Retenção ou da última Data de Amortização, conforme o caso, recursos



5

P

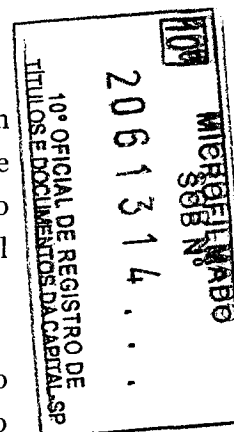
no valor equivalente a 1 (uma) parcela do percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado nos termos da Cláusula 4.11 acima, acrescido da Remuneração, sendo que após cada Data de Amortização o saldo aqui previsto deverá ser recomposto nas contas vinculadas até a próxima Data de Amortização; e

(vii) garantias reais adicionais que venham a ser constituídas de modo que o valor de avaliação de todas as garantias reais constituídas apresentem, na data da solicitação do último desembolso de recursos desta Emissão, em valor equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor total desembolsado.

4.16.1.1 Os valores de cada uma das garantias reais adicionais constituídas em garantia à presente Emissão serão apurados conforme respectivos laudos de avaliação a serem emitidos por avaliadores independentes ou instituição financeira devidamente registrada e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

4.16.1.2 A Emissora, neste ato, se obriga a fazer com que as sociedades cujo controle venha a adquirir com os recursos desta Emissão celebrem com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os devidos documentos para a constituição da alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e imóveis, conforme o caso, e da cessão fiduciária em garantia dos Recebíveis, bem como a solicitar todas as providências necessárias para o registro de referidos instrumentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e/ou Cartório de Registro de Imóveis, conforme o caso. Após o deferimento do registro, a Emissora fica obrigada a encaminhar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantias Reais dessas sociedades devidamente registrados pela Emissora nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e/ou Cartório de Registro de Imóveis, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da obtenção do referido registro.

4.16.1.3 Caso a constituição da alienação fiduciária sobre os imóveis ou de qualquer outra garantia após a celebração do respectivo contrato e do protocolo de registro no competente Cartório de Registro de Imóveis ou nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, não seja possível por motivos alheios à vontade da Emissora, tal ocorrência deverá ser notificada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do fato. A Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário novas garantias em substituição à garantia que não tiver sido constituída, com



Handwritten signature and initials.

avaliação equivalente ou superior, conforme apurada no respectivo laudo de avaliação. Caso não seja possível substituir a garantia por outra de valor equivalente ou superior, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual (i) dispensa; ou (ii) substituição da garantia a que se refere esta Cláusula por outra; ou, ainda (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6 abaixo.

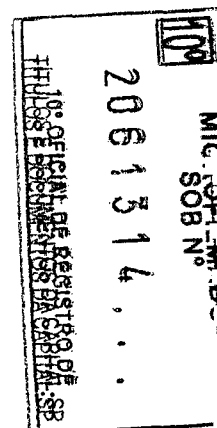
4.16.2 Garantia Fidejussória. As Obrigações Garantidas também serão garantidas por fiança prestada, neste ato, pelos Fiadores que se obrigam por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedores solidários entre si e com a Emissora e principais pagadores de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

4.16.2.1 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidores e principais pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração, bem como dos Encargos Moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, quando houver, aos gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.16.2.2 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e no artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), até a efetiva liquidação.

4.16.2.3 O Agente Fiduciário notificará os Fiadores sobre a falta de pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão no Dia Útil seguinte ao prazo de pagamento ou ao prazo de cura referido do item (i) da Cláusula 6.1 abaixo, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.2.4 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta



5

12

Escritura de Emissão, inclusive na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures.

4.16.2.5 O pagamento citado na Cláusula 4.16.2.4 acima deverá ser realizado pelos Fiadores fora do âmbito da CETIP e diretamente a favor dos Debenturistas, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.16.2.6 Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor dos Fiadores.

4.16.2.7 A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

4.16.2.8 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito da Emissão.

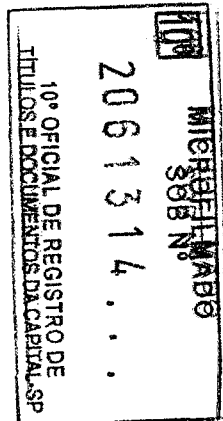
4.16.2.9 A presente Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.16.2.10 Os Fiadores desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

4.16.2.11 A Fiança permanecerá válida e eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nesta Escritura de Emissão com as quais os Fiadores tenham sido anuentes.

4.16.2.12 A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.16.2.13 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito detidos pelos Debenturistas contra a Emissora, observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral



57

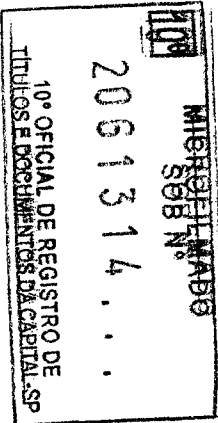
2

das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

4.16.2.14 Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após o recebimento, pelos Debenturistas, de todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.2.15 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.17 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja considerado um Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ocorrer através da CETIP, em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábados, domingos e/ou feriados declarados nacionais.



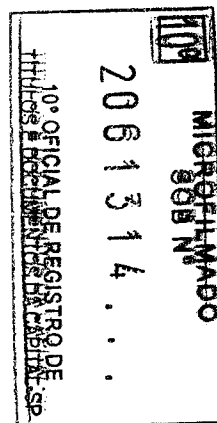
4.18 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no DOESP e no jornal "Diário Comercial", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (<http://www.brazpeixes.com.br/ri.com.br>) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.19 *Liquidez e Estabilização.* Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.20. *Classificação de Risco.* Foi contratada como agência de classificação de risco da Emissão a LFRating ("Agência de Classificação de Risco"), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída a exclusivo critério da Emissora, sem a necessidade de aditamento e/ou aprovação pelos Debenturistas.

## 5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

5.1 *Aquisição Facultativa.* Observadas as restrições da Instrução CVM 476, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.



5.2 *Amortização Extraordinária.* 5.2.1 *Amortização Extraordinária Obrigatória.* As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente ("Amortização Extraordinária Obrigatória") caso a Emissora não conclua a aquisição do controle da Zippy ou da Marcomar ou não comprove a aquisição e/ou arrendamento de ativos relacionados aos fins descritos na alínea (iii) da Cláusula 3.7 em até 1 (um) ano contado do respectivo desembolso, observado o disposto na Cláusula 3.7.1, hipótese na qual o montante equivalente à respectiva destinação de recursos, conforme descrito nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão, atualizado pela Atualização Monetária e acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data da efetiva amortização extraordinária, deverá ser utilizado para a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures.

5.2.1.1. Na ocorrência da Amortização Extraordinária Obrigatória, o Agente Fiduciário notificará os Debenturistas com cópia para o Banco Liquidante, acerca de tal amortização extraordinária que se realizará em até 10 (dez) Dias Úteis a contar do término do prazo mencionado na Cláusula 5.2.1 acima, com o valor da amortização das Debêntures, o qual será equivalente aos montantes indicados nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão, conforme o caso, e as demais informações consideradas relevantes pelo Agente

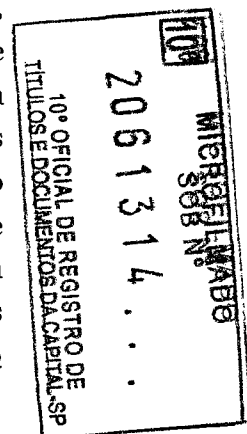
5

2

JUCESP  
01.10.14

Fiduciário para conhecimento dos Debenturistas. A notificação do Agente Fiduciário de que trata esta cláusula deverá ser enviada com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data em que ocorrerá a Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.2.2. *Amortização Extraordinária Facultativa.* A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data da efetiva amortização extraordinária, que deverá abranger todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.18 desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para a realização da Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa").



5.2.2.1. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na data da Amortização Extraordinária Facultativa; (iii) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

5.2.3 Caso ocorra a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora sobre a referida Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória ("Data da Amortização Extraordinária").

5.2.4 Caso ocorra a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.



6RTD-RJ 13.10.2014  
PROTOK.1 31 5296

DUCESP  
01 10 14

5.2.5 A data para realização de qualquer Amortização Extraordinária no âmbito da Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.3 *Resgate Antecipado Facultativo*. As Debêntures poderão ser totalmente resgatadas antecipadamente, a exclusivo critério da Emissora, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data do efetivo resgate antecipado, observados os termos e condições a seguir ("Resgate Antecipado Facultativo").

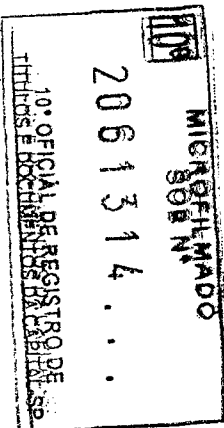
5.3.1 O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer por meio de publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.18, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para a realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"), informando (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o volume ou a quantidade de Debêntures que serão resgatadas antecipadamente; (iii) o valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) quaisquer outras informações que a Emissora entenda ser relevante aos Debenturistas para a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.3.1.1 Emissora deverá comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP sobre a realização do resgate antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.3.2 As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## 6. VENCIMENTO ANTECIPADO DAS DEBÊNTURES

6.1 *Hipóteses de Vencimento Antecipado*. Observado o disposto nas Cláusulas 6.2 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial dirigida à Emissora, deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures objeto da presente Emissão e exigir da Emissora o imediato e integral pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de



Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, de demais Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

(i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias Reais ou nos demais documentos relacionados à Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de vencimento;

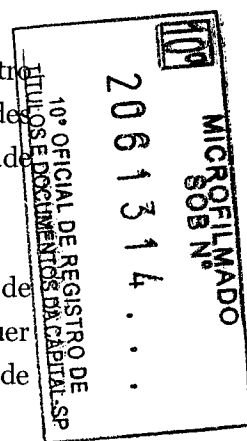
(ii) transformação da forma societária da Emissora em qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, de forma que a Emissora deixe de ser uma sociedade anônima;

(iii) dissolução, liquidação, requerimento de autofalência, decretação de falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer evento equivalente ou procedimento similar que caracterize estado de insolvência da Emissora;

(iv) protesto contra a Emissora, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados pela Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento de notificação, pela Emissora, acerca do protesto, ou (ii) o protesto for sustado ou cancelado antes de tal prazo; ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo juntamente com medidas de sustação devidamente comprovadas;

(v) decisão judicial, determinando execução de títulos contra a Emissora, cujo valor individual não pago ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, e que possa afetar adversamente e de forma relevante a capacidade da Emissora em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, salvo (a) se o débito for quitado; e (b) forem apresentadas garantias suficientes para garantir o pagamento em juízo, no prazo legal;

(vi) fusão, cisão, incorporação (inclusive por incorporação de ações), venda ou qualquer processo de reestruturação societária da Emissora que resulte em transferência do controle acionário (conforme definição



DUCE SP

01.10.14

de controle acionário prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se (a) o controle acionário passar a ser exercido por uma sociedade que, direta ou indiretamente, controle a Emissora, seja controlada da Emissora ou esteja sob o mesmo controle da Emissora; ou (b) desde que aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(vii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer de seus direitos e/ou obrigações assumidos nos termos de qualquer documento relacionado à Emissão, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias Reais, exceto se para sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;

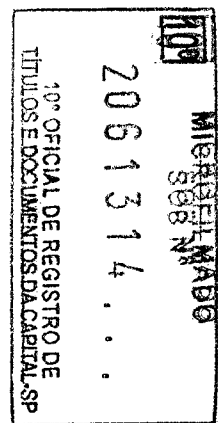
(viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 30 (trinta) dias, contado da data do descumprimento;

(ix) caso qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, nos documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias Reais, revelarem-se incorretas ou falsas em qualquer aspecto relevante;

(x) caso as sociedades cujo controle tenha sido adquirido pela Emissora com recursos desta Emissão deixem de celebrar os devidos Contratos de Garantias Reais;

(xi) constituição, a qualquer tempo e a qualquer título, de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os Direitos Creditórios que tiverem sido cedidos fiduciariamente pelas sociedades cujo controle tenha sido adquirido pela Emissora com recursos desta Emissão em favor dos Debenturistas;

(xii) constituição, a qualquer tempo e a qualquer título, de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os quaisquer ativos que tiverem sido alienados fiduciariamente pelas sociedades cujo controle tenha sido adquirido pela Emissora com recursos desta Emissão em favor dos Debenturistas;



(xiii) na hipótese de qualquer documento relacionado à Emissão, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias Reais celebrados, ser revogado, rescindido, tornar-se inexecutível, nulo ou inválido ou deixar de estar em pleno efeito e vigor, nos termos da legislação aplicável ou de decisão judicial transitada em julgado;

(xiv) rebaixamento, por qualquer motivo, da classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissão, para nível abaixo de "A", pela LFRating;

(xv) não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, a serem apurados anualmente, com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (exceto para o item (c) abaixo que será apurado a partir da Data de Emissão), salvo se a Emissora recalcular ou apurar os Índices Financeiros com base nas seguintes informações semestrais divulgadas pela Emissora ("Índices Financeiros"):

(a) LAJIDA / Remuneração  $\geq 1.75x$ ;

(b) Endividamento Total Líquido / LAJIDA  $\leq 4.5x$ ; e

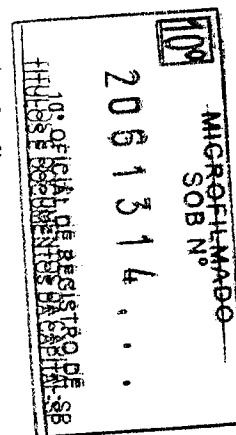
(c) Endividamento Total Líquido  $\leq$  R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais).

Para os fins deste item (xv):

LAJIDA significa lucro antes de pagamento de juros, impostos, depreciação e Amortização, apurado nos 12 (doze) meses anteriores; e

Endividamento Total Líquido significa o endividamento total líquido da Emissora, excluídas as operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio, Adiantamentos Sobre Cambiais Entregues e operações junto a agências de fomento mercantil nacionais e/ou internacionais.

6.2 A ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nos subitens (i), (ii), (iii), (vii), (x) e (xiii) da Cláusula 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as



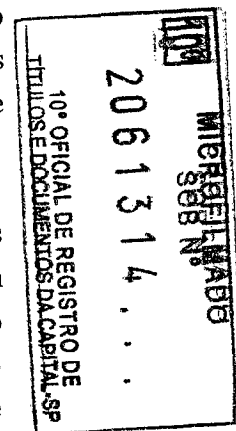
DUCESP

04.10.14

obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido pela Emissora aos Debenturistas.

6.3 Na ocorrência de quaisquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado que não sejam aqueles indicados na Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário, ao tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dessas Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 6.1 acima, deverá convocar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação observados os procedimentos de convocação previstos na Cláusula 9.2 abaixo. A Assembleia Geral de debenturistas, prevista neste item, poderá, também, ser convocada pela Emissora.

6.4 Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima por falta de *quorum*, mesmo após segunda convocação, ou (ii) não ser alcançado o *quorum* mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.



6.5 Na ocorrência do vencimento antecipado de Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido adiante), com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

7.1 Adicionalmente às demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e os Fiadores, individualmente, obrigam-se, a:

Handwritten signatures and initials.

DUCESP

01 10 14

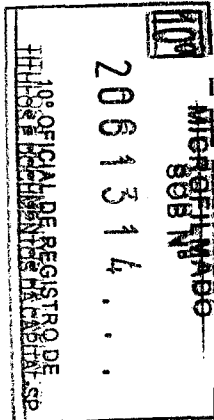
(i) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas, 1 (um) Dia Útil após observados os respectivos prazos de cura;

(ii) não divulgar ao público informações em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476;

(iii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e/ou com qualquer um dos documentos relacionados à Emissão, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

(iv) efetuar o pagamento de todas as despesas devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (b) a função fiduciária que lhe é inerente; e

(v) especificamente com relação à BrazPeixes Capital, encaminhar ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis de sua publicação, cópia das demonstrações financeiras da Brazpeixes Capital consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, acompanhada de declaração assinada pelo(s) representante(s) legais da Brazpeixes Capital, na forma do seu estatuto social, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão.



5

A handwritten signature, possibly "BrazPeixes", written in ink.

DUCESP  
01 10 14

7.1.1 Adicionalmente, a Emissora obriga-se a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; (b) declaração assinada pelo(s) representante(s) legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e (c) o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas;

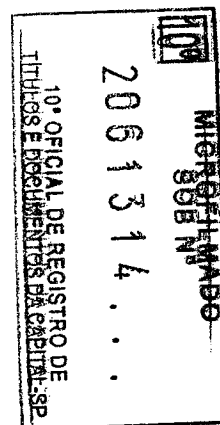
(b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas.

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, de acordo com o artigo 17 da Instrução CVM 476;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(v) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na



52

P

10

01 10 14

rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social (considerando-se para fins da primeira divulgação o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013), e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;

(vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;

(vii) contratar e manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;

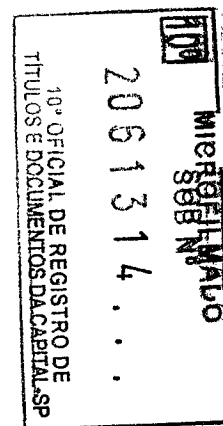
(viii) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(ix) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;

(x) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça, convocar, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas a presente Emissão;

(xi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos subitens (v) e (vi) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

(xii) contratar agência classificadora de risco para manter atualizado o relatório de classificação de risco da Emissão, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;



g

h



(xiii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e

(xiv) notificar o Agente Fiduciário sobre a aquisição de controle de qualquer sociedade efetuada com os recursos desta Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da referida aquisição.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 *Nomeação.* A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., já qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.1.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

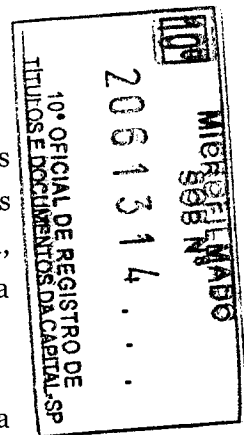
(i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;

(iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



DUCEP

01 10 14

(vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;

(viii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias Reais, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

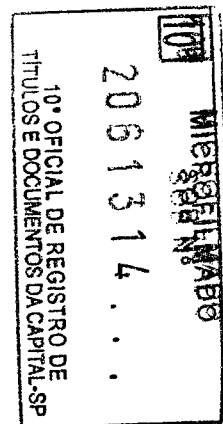
(xi) para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviço de agente fiduciário nas emissões das empresas do grupo econômico da Emissora;

(xii) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e

(xiii) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

**8.2 Remuneração do Agente Fiduciário.** Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(i) o valor de R\$18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais) a título de implantação da presente Emissão quitado na presente data;



57

*[Handwritten signature]*

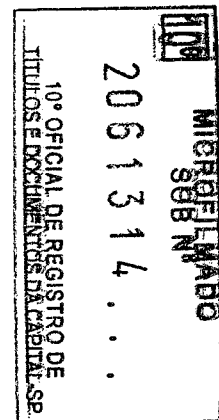
DUCEP

01 10 14

(ii) parcelas mensais de R\$5.870,00 (cinco mil, oitocentos e setenta reais) cada, sendo a primeira parcela devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, até a Data de Vencimento. Após o 48º (quadragésimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, o valor mensal da remuneração do Agente Fiduciário será reduzido para R\$5.048,00 (cinco mil e quarenta e oito reais), permanecendo a Emissora adimplente com as obrigações por ela assumidas nesta Escritura de Emissão. No caso de Resgate Antecipado Facultativo nos termos da Cláusula 5.3 ou de vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 6, será devido pela Emissora ao Agente Fiduciário, na Data do Resgate Antecipado Facultativo ou na data do resgate das Debêntures em decorrência da declaração de vencimento antecipado, conforme o disposto na Cláusula 6.5, o montante correspondente a 3 (três) meses de remuneração; e

(iii) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão ou nas hipóteses de instalação de Assembleia Geral de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente à R\$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora. Caso esse trabalho adicional de 1 (uma) hora-homem seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicados pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (a) a assessoria aos Debenturistas e análise das alterações da Escritura e da proposta da Emissora aos Debenturistas; (b) o comparecimento em reuniões com a Emissora; (c) o comparecimento em reuniões com os Debenturistas; (d) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (e) execução das garantias ou das Debêntures. Essa remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo despendido com a realização dos trabalhos indicados nos itens (i) a (v) acima, com o valor mínimo de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou os Fiadores permanecerem nessa situação e por reunião ou Assembleia Geral de Debenturistas que o Agente Fiduciário participe.

8.2.1. Os valores referidos acima serão atualizados anualmente, a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, pela variação acumulada do pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”).



5

2

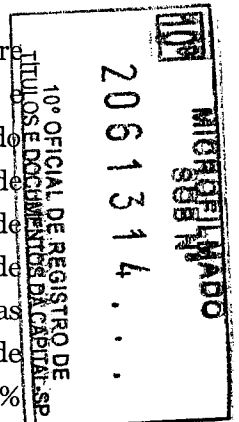
DUE SP

04 10 11

8.2.2. A remuneração do Agente Fiduciário prevista nesta Cláusula 8.2 não inclui as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, correios, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizeram necessárias para a prestação do serviço de Agente Fiduciário, a serem reembolsadas pela Emissora nos termos da Cláusula 8.6 adiante.

8.2.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela mensal mencionada e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.2.4. Os valores descritos acima serão acrescidos de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) PIS; (iii) COFINS; (iv) IR; (v) CSLL; e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, as alíquotas dos tributos mencionados neste item totalizam 39,65% (trinta e nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento).

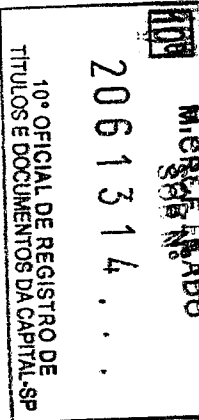


8.2.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias,

podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.2.6. A Emissora deverá constituir aplicação em nome de Dias Costa A Serviços Financeiros e Fiduciários Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.871.074/0001-05 (empresa do mesmo grupo econômico do Agente Fiduciário) no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em fundo de investimento de renda fixa com liquidez diária no Banco Itaú, com o objetivo específico de garantir ao Agente Fiduciário o pagamento de despesas necessárias à proteção dos interesses dos Debenturistas e eventual remuneração do Agente Fiduciário. Caso qualquer montante de referido fundo seja utilizado pelo Agente fiduciário, tal montante deverá ser recomposto pela Emissora, mediante solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido de modo que até a quitação das Debêntures, tal fundo apresente o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Referido fundo será constituído nesta data. Após a Data de Vencimento, Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, os recursos depositados nesse fundo incluindo eventuais rendimentos durante todo o período de aplicação deverão ser imediatamente devolvidos à Emissora pelo Agente Fiduciário e/ou pela Dias Costa A Serviços Financeiros e Fiduciários Ltda., mediante transferência eletrônica à conta corrente que a Emissora indicar, excluídos os tributos incidentes sobre a aplicação financeira ("Come Quotas", Imposto de Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) etc.).

8.3 *Substituição.* Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.



Gr

[Handwritten signature]

8.3.1 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 8.3.2 acima.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.

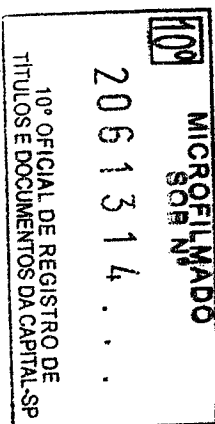
8.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4 *Deveres.* Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;



5

Handwritten signature or mark.

DUCE SP  
01 10 14

(iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias Reais celebrados, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(vi) verificar a regularidade da constituição das Garantias, inclusive a constituição das Garantias Reais, conforme aplicável, observado o disposto nas Cláusulas 3.7 e 4.16.1 desta Escritura de Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias constituídas;

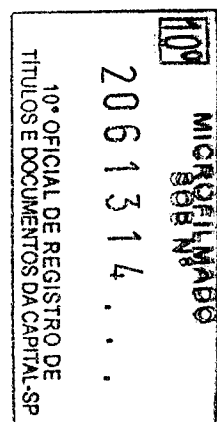
(vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;

(x) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

(xi) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;



DUCE SP  
01 10 14

(xii) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.2 abaixo;

(xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras anuais da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

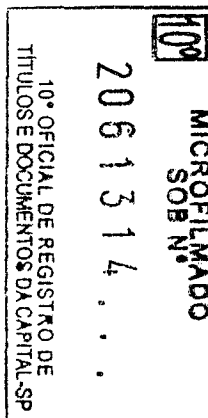
(e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(h) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(i) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e





DUCE SP  
01 10 14

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante, valor da emissão, quantidade de debêntures emitidas, espécie, prazo de vencimento das debêntures, tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

(xv) disponibilizar o relatório de que trata o item "xiv" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(xv.1) na sede da Emissora;

(xv.2) em seus escritórios ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

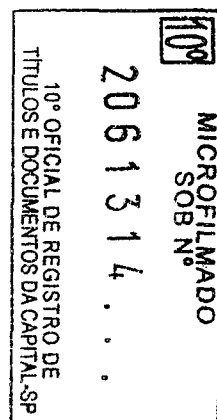
(xv.3) na CVM;

(xv.4) na CETIP; e

(xv.5) na sede do Coordenador Líder.

(xvi) publicar, nos termos da Cláusula 4.18 às expensas da Emissora, mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "xv" acima;

(xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante a subscrição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive



referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xviii) tomar todas as providências necessárias, nos termos desta Escritura de Emissão e visando sempre os melhores interesses dos Debenturistas, em caso de ocorrência de Hipótese de Vencimento Antecipado;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, os Índices Financeiros e a obrigação de manter contratada agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, por meio dos documentos e informações fornecidas pela Emissora;

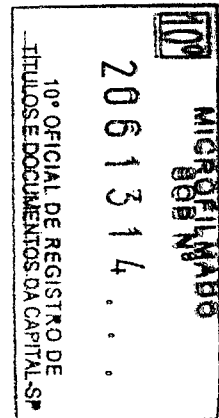
(xx) sem prejuízo do disposto acima, notificar os Debenturistas, por edital (i) no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão; (ii) no prazo máximo de 7 (sete) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;

(xxii) coordenar o resgate ou amortização extraordinária, conforme o caso, das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária;

(xxiii) acompanhar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas e aos participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de seu website ou sempre que solicitado;

(xxiv) verificar a regularidade da constituição das garantias, a medida em que forem constituídas, especialmente aquelas constituídas por meio dos Contratos de Garantias Reais.

**8.5 Atribuições Específicas.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de

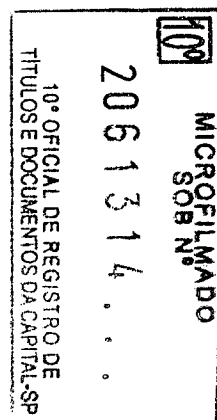


55

ce

inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias previstas na Cláusula 4.16 desta Escritura de Emissão, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos respectivos Contratos de Garantias Reais, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos da Escritura de Emissão;
- (c) requerer a falência da Emissora e/ou dos Fiadores ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou dos Fiadores.



8.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" acima.

8.6 *Despesas.* A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que despesas cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) deverão ser previamente informadas à Emissora, incluindo, sem limitação, despesas com: (a) publicações em geral, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) viagens e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão; (d) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização, (i) que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; ou, ainda, (ii) na hipótese de ocorrência de uma Hipótese

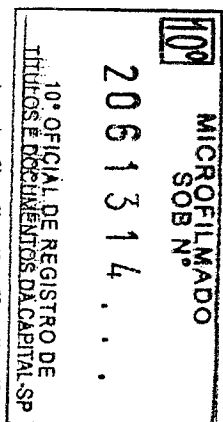
de Vencimento Antecipado; e (e) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas (i) que vier a ser imprescindível, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas ("Despesas").

8.6.1 O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das Despesas para o fim de ser por elas reembolsado em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.6.2 O crédito do Agente Fiduciário por Despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.6.1 acima, será acrescido ao saldo devedor da presente Emissão.

8.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as Despesas com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6.3.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.



## 9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas.

9.2 *Convocação.* A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

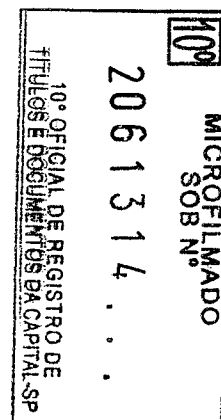
9.2.1 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.2.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data de sua realização. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.2.3 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.2.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2.5 Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e



5

11

DUCESP

01 10 14

procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.3 *Quorum de Instalação.* A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.3.1 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros e seus parentes até segundo grau.

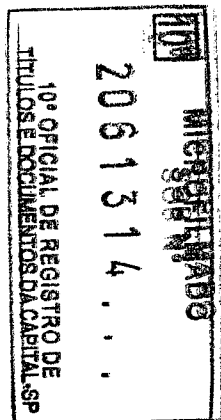
9.4 *Quorum de Deliberação.* Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada "Debênture em Circulação" caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, ou qualquer perdão temporário ou renúncia (*waiver*) deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação.

9.4.1 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.4.2 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1 A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, neste ato declaram e garantem que:



55

DUCE SP

01.10.14

(i) a Emissora e a Brazpeixes Capital são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

(ii) os Fiadores Pessoas Físicas são capazes para a prática de todos os atos da vida civil;

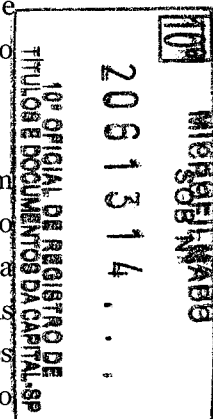
(iii) a Emissora e os Fiadores estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias Reais de que são parte e do Contrato de Distribuição, conforme aplicável, à Emissão das Debêntures, à prestação da Fiança, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;

(iv) os representantes legais da Emissora e os Fiadores que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias Reais de que são parte têm, conforme o caso, poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(v) esta Escritura de Emissão, a Fiança e os Contratos de Garantias Reais de que são Parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

(vi) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

(vii) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança, e a celebração dos Contratos de Garantias Reais de que são parte, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Oferta Restrita (a) não infringem os estatutos sociais da



5

P

Emissora e da Brazpeixes Capital; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (c) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelos Fiadores; (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (e) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora e/ou os Fiadores ou qualquer de seus respectivos bens estejam sujeitos; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Fiadores ou qualquer de seus bens ou propriedades;

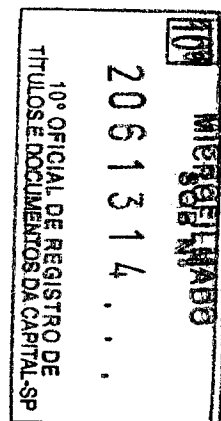
(viii) nesta data, não se verifica nenhuma das Hipóteses de Vencimento Antecipado;

(ix) não é, nesta data, de conhecimento da Emissora nem dos Fiadores a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e/ou na Brazpeixes Capital, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, além daquelas informadas nas Demonstrações Financeiras da Brazpeixes Capital;

(x) as demonstrações financeiras da Brazpeixes Capital relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Brazpeixes Capital no período;

(xi) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;

(xii) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie da Emissão dentro do prazo de 4 (quatro)





meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

(xiii) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Fiadores, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes.

10.1.1. A Emissora e os Fiadores comprometem-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

## 11. NOTIFICAÇÕES

11.1 Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) **se endereçadas para a Emissora:**

**BRAZPEIXES SPE S.A.**

Avenida Rebouças, 765, 2º andar

São Paulo/SP – CEP 05401-100

Tel.: (11) 2275-9746 / (11) 3262-0489

Fac-símile: (11) 2275-9746

E-mail: ri@brazpeixes.com.br

(ii) **se endereçadas para o Agente Fiduciário:**

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105

Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.775-003

At.: Sr. Juarez Dias Costa ou Sra. Juliana Vieira Cioni

Tel.: (21) 2490-4305

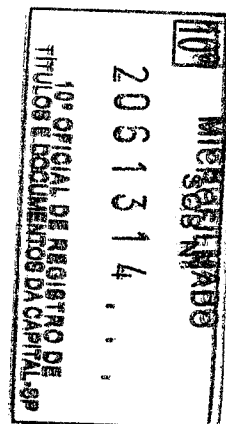
Fac-símile: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

(iii) **se endereçadas para os Fiadores:**

**BRAZPEIXES CAPITAL S.A.**

Avenida Rebouças, 765, 2º andar



Handwritten signatures and initials.

DUCE SP  
01 10 14

São Paulo/SP – CEP 05401-100  
At.: Sr. Renato Raddad  
Tel.: (11) 2275-9746  
Fac-símile: (11) 2275-9746  
E-mail: ri@brazpeixes.com.br

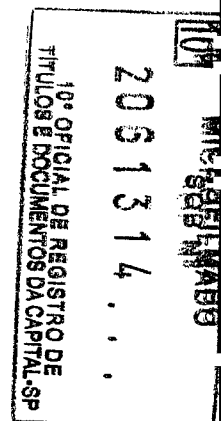
**LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO**  
Avenida Rebouças, 765, 2º andar  
São Paulo/SP – CEP 05401-100  
Tel.: (11) 2275-9746  
Fac-símile: (11) 2275-9746  
E-mail: lucas@brazpeixes.com.br

**GUALTIERO SCHLICHTING PICCOLI**  
Avenida Rebouças, 765, 2º andar  
São Paulo/SP – CEP 05401-100  
Tel.: (11) 2275-9746 / (11) 3262-0489  
Fac-símile: (11) 2275-9746  
E-mail: gualtiero@brazpeixes.com.br

(iv) **se endereçadas para o Banco Liquidante e Escriturador  
Mandatário:**

**BANCO PAULISTA S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, 1º e 2º andares  
CEP 01452-002, São Paulo, SP  
At.: Maria Christina Ferreira Lima/Ana Mayre Dutra Ortelan  
Telefone: (11) 3299.2395/(11) 3299.2254  
E-mail: kika@bancopaulista.com.br/mayre@bancopaulista.com.br

11.1.1 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do envio da transmissão via fac-símile (“*answer back*”) ou por correio eletrônico. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do envio via fac-símile ou por correio eletrônico ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



Handwritten signature and initials.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

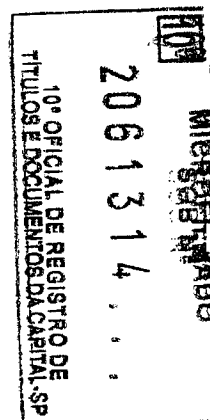
## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3 *Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica.* Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.4 *Independência das disposições.* A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o integral cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



DUCE SP

01.10.14

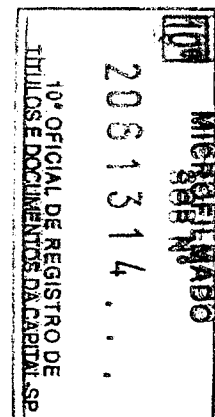
12.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7 *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 25 de setembro de 2014



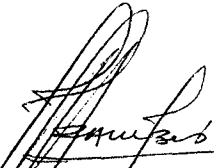
52

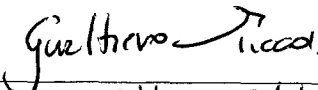
*[Handwritten signature]*

DUCESP  
01 10 14

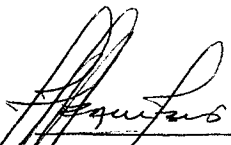
Página de Assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Brazpeixes SPE S.A.

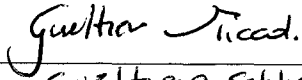
BRAZPEIXES SPE S.A.

  
Nome: Lucas Zanchetta Ribeiro  
Cargo: Presidente

  
Nome: Gualtiero Schlichting Piccol  
Cargo: vice-presidente

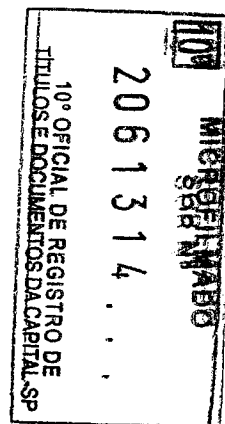
BRAZPEIXES CAPITAL S.A.

  
Nome: Lucas Zanchetta Ribeiro  
Cargo: Presidente

  
Nome: Gualtiero Schlichting Piccol  
Cargo: vice-presidente

  
LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO

  
GUALTIERO SCHLICHTING PICCOLI



Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EAHZ59466 DFD  
Consulte a Validade do Selo Em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



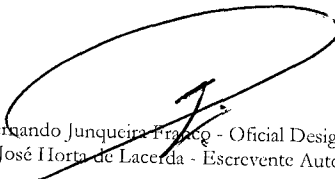
10º  
CARTÓRIO  
R. T. D.

Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 67.976.787/0001-00  
Luis Fernando Junqueira Franco - Oficial Designado  
R\$ 8.140,24 Protocolado e prenotado sob o n. **2.061.314** em  
R\$ 2.313,55 **07/10/2014** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 1.713,73 sob o n. **2.061.314**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 07 de outubro de 2014  
R\$ 428,44  
R\$ 428,44

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
Luis Fernando Junqueira Franco - Oficial Designado  
Geraldo José Ilório de Lacerda - Escrevente Autorizado

6º OFÍCIO  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem. O que certifico.

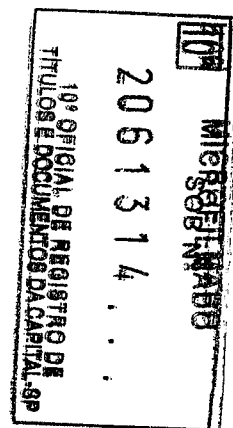
SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICIALA - MATR. 90/126  
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1º SUBSTITUTO - CTPS Nº 26122/024 - RJ  
MARCO ANDRÉ DE A. SABÓIA SANTOS - 2º SUBSTITUTO - CTPS Nº 25276/00015 - RN  
CLEIA DE ARAUJO BARRETO - 3ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324128/0010 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro 20011-020 Tel: (21) 2233-7878 [www.6rtd-rj.com.br](http://www.6rtd-rj.com.br)

Pagina de Assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Brazpeixes SPE S.A.

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS**  
**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

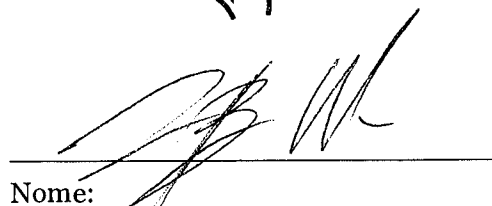
Nome:   
Cargo: Sergio Alberto Rosenwald  
Diretor  
RG: 2.012.038 IFP  
CPF: 030.007.457-34



Testemunhas:



Nome: Patrick Dutton T. Vaz  
CPF: 130.647.517-19  
RG: 23.567.838-0 DIC-RJ



Nome: Carlos Borba Leite  
CPF: 091.556.097-67  
RG: 12.877.168-0 IFP/RJ



